

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 21**

A República Federativa do Brasil (RFB) constitui-se em Estado democrático de direito e sua Constituição Federal proclama, expressamente, que todo o poder emana do povo. Segundo o texto constitucional, esse poder

- Ⓐ é exercido exclusivamente de forma indireta, por meio de representantes eleitos.
- Ⓑ é exercido diretamente por meio do voto, por meio do qual o povo escolhe seus representantes no Congresso Nacional.
- Ⓒ deve buscar a integração econômica, política, social e cultural das diversas regiões do país, visando à diminuição das desigualdades sociais.
- Ⓓ é exercido de forma indireta, por meio de representantes eleitos, podendo também ser exercido diretamente.
- Ⓔ é independente e harmônico, constituindo o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Questão 22

Os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil elencados na Constituição Federal de 1988 (CF) referem-se aos fundamentos, aos objetivos fundamentais e aos princípios que regem suas relações internacionais. Em relação a esse tema, assinale a opção correta.

- Ⓐ A igualdade é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, expressamente previsto no texto constitucional.
- Ⓑ Nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil deve observar o princípio da soberania militar, de modo que, havendo conflito com outra nação estrangeira, a solução adotada deve privilegiar a ação bélica para a garantia da independência nacional.
- Ⓒ A promoção do bem de todos, sem quaisquer preconceitos e discriminações, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- Ⓓ A CF veda a concessão de asilo político, em decorrência do princípio da não intervenção.
- Ⓔ Garantir o desenvolvimento internacional é um dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

Espaço livre

Questão 23

Considerando a tradicional classificação das normas constitucionais quanto à sua aplicabilidade e eficácia, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nas normas programáticas, o juízo de oportunidade e a avaliação da extensão do programa incumbem ao Poder Legislativo, no exercício de sua função legislante.
- Ⓑ Se determinado dispositivo da CF, aplicável de forma direta e imediata, não produzir todos os efeitos essenciais que dele se esperam a partir da sua entrada em vigor, tendo apenas a possibilidade de produzir esses efeitos, não poderá ser considerada como norma constitucional de eficácia plena, por depender de norma ulterior que o complemente.
- Ⓒ O dispositivo da CF segundo o qual o direito de greve dos servidores públicos será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica é norma constitucional de eficácia plena, pois, embora dependa de lei ulterior que a complemente, garante, desde sua entrada em vigor, o referido direito aos servidores.
- Ⓓ O dispositivo constitucional que prevê o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, é norma constitucional programática, pois institui a obrigação de o poder público legalizar as profissões que podem ser exercidas no país.
- Ⓔ As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas em que os interesses relativos a determinada matéria não foram suficientemente regulados pelo legislador, o que torna o exercício dos direitos criados por essas normas dependente de legislação posterior.

Questão 24

Um servidor público do quadro efetivo do tribunal de justiça de determinado estado da Federação formulou pedido administrativo ao setor responsável do órgão, requerendo a concessão de determinada licença prevista legalmente. Após o transcurso de prazo desarrastado, sem que o seu pedido fosse analisado, o servidor se dirigiu à autoridade competente, argumentando que a administração deveria analisar o seu pleito, pois a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação é garantia constitucional de todos.

Nessa situação hipotética, os argumentos apresentados pelo servidor

- Ⓐ são improcedentes, pois a garantia constitucional da razoável duração do processo é aplicável apenas no âmbito judicial, não alcançando processos administrativos de servidor público.
- Ⓑ são justificados, pois a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação é garantia constitucional expressamente prevista no rol dos direitos e das garantias fundamentais elencados na CF, aplicando-se tanto no âmbito judicial quanto no âmbito administrativo.
- Ⓒ justificam-se parcialmente, pois a garantia constitucional da razoável duração do processo se aplica tanto no âmbito administrativo quanto no judicial, mas os meios que garantam a celeridade da tramitação processual não são de responsabilidade da administração pública, devendo ser custeados pelo interessado ou por determinação judicial.
- Ⓓ não se justificam, pois não se referem a uma norma constitucional, sendo a garantia da razoável duração do processo prevista em legislação ordinária.
- Ⓔ estão em desconformidade com recente emenda constitucional pela qual a garantia da razoável duração do processo foi retirada do rol dos direitos e garantias fundamentais da CF.

Questão 25

Considere que determinado estado da Federação edite lei estabelecendo a realização de culto religioso aos domingos, além da previsão de subvenção das igrejas que se denominem cristãs e da criação de embaraços administrativos para o funcionamento daquelas que professem outra fé.

Nessa situação hipotética, segundo o que dispõe a Constituição Federal de 1988 (CF), a referida lei é

- Ⓐ constitucional, pois as unidades da Federação podem dispor livremente acerca de suas crenças religiosas, em virtude da autonomia que lhes assegura a CF.
- Ⓑ inconstitucional apenas no que diz respeito à criação de embaraços administrativos para o funcionamento de outras igrejas, sendo as demais disposições constitucionais.
- Ⓒ constitucional apenas no que se refere ao estabelecimento do culto religioso aos domingos e inconstitucional em suas demais disposições.
- Ⓓ inconstitucional, pois a CF veda expressamente à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los ou embaraçar-lhes o funcionamento.
- Ⓔ inconstitucional apenas em relação à subvenção das igrejas que se denominem cristãs e constitucional em suas demais disposições.

Questão 26

Determinado estado da Federação editou lei ordinária com regras para o ingresso de estrangeiros nos cargos públicos estaduais. Posteriormente, publicou edital normativo de abertura de concurso público para diversos cargos, o qual previa a possibilidade de acesso de estrangeiros a alguns deles, nos termos da lei ordinária editada anteriormente. Um brasileiro nato, candidato efetivamente inscrito no concurso, questionou, por meio de ação judicial, o item editalício que previa o acesso de estrangeiros a cargos públicos.

Nessa situação hipotética, segundo as disposições da CF, a referida ação judicial é

- Ⓐ improcedente em virtude de a CF prever expressamente que lei ordinária poderá estabelecer regras de acesso a cargos públicos por estrangeiros.
- Ⓑ improcedente em virtude de a CF estabelecer, em rol taxativo, as hipóteses de acesso a cargos públicos por estrangeiros, sendo, inclusive, desnecessária a edição de lei para essa finalidade.
- Ⓒ procedente, pois, embora a CF autorize a edição de regras de acesso a cargos públicos por estrangeiros, somente lei complementar poderia criá-las.
- Ⓓ procedente, pois a CF veda o acesso de estrangeiros a cargos públicos.
- Ⓔ procedente, pois somente por meio de emenda constitucional é permitida a criação de regras de acesso a cargos públicos por estrangeiros.

Questão 27

Considere que o Ministério do Planejamento tenha realizado levantamento por meio do qual tenha concluído que alguns cargos públicos vagos no âmbito da administração direta do Poder Executivo federal são desnecessários.

Nessa situação hipotética, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 (CF), a extinção desses cargos

- Ⓐ só poderá ocorrer mediante decreto de competência privativa do presidente da República, sendo vedada a sua delegação a outra autoridade.
- Ⓑ poderá ocorrer mediante decreto de competência privativa do presidente da República, sendo essa atribuição delegável aos Ministros de Estado.
- Ⓒ é vedada, pois os cargos públicos foram alçados pela CF ao *status* de direitos e garantias fundamentais inscritos em cláusula pétrea constitucional.
- Ⓓ só poderá ocorrer mediante lei ordinária de iniciativa privativa do presidente da República.
- Ⓔ poderá ocorrer mediante lei complementar de iniciativa privativa do presidente da República.

Questão 28

De acordo com as disposições constitucionais acerca do processo legislativo, assinale a opção correta.

- Ⓐ O presidente da República poderá ser autor de proposta de emenda constitucional desde que a proposição seja subscrita por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- Ⓑ Na vigência de intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio, não há óbice para a CF seja alterada por meio de emenda constitucional.
- Ⓒ Aprovada a proposta de emenda à Constituição pelo Congresso Nacional, o presidente da República terá o prazo de 15 dias para sancioná-la ou vetá-la e, caso não se manifeste nesse prazo, seu silêncio importará sanção tácita.
- Ⓓ O veto apostado pelo presidente da República a projeto de lei será apreciado pelo Congresso Nacional e será considerado rejeitado se obtiver o voto de três quintos dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em dois turnos de votação.
- Ⓔ Caso o presidente da República considere inconstitucional ou contrário ao interesse público projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, poderá vetá-lo total ou parcialmente, e o veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

Questão 29

Acerca do que dispõe a CF sobre o Poder Judiciário e as funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Conselho Nacional de Justiça não é considerado órgão autônomo do Poder Judiciário, estando vinculado ao Supremo Tribunal Federal.
- Ⓑ Além do Ministério Público, a CF alçou à categoria de órgãos cujas funções são essenciais à justiça a Advocacia-Geral da União, a Defensoria Pública e a Receita Federal.
- Ⓒ As súmulas vinculantes editadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) possuem efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, mas não alcançam os Poderes Executivo e Legislativo.
- Ⓓ O Conselho da Justiça Federal é órgão que funciona junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e entre suas atribuições consta a supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal e da justiça estadual de primeiro e segundo graus.
- Ⓔ O Ministério Público é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, sendo assegurada de forma expressa pelo texto constitucional sua autonomia funcional e administrativa, além da prerrogativa de elaborar sua própria proposta orçamentária, desde que esta última esteja dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Questão 30

Em relação aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

- A** O direito de resposta assegurado constitucionalmente pela CF é proporcional ao agravo, abrangendo os danos materiais e morais advindos da ofensa sem, contudo, abarcar o dano à imagem.
- B** Em virtude da laicidade do Estado, a CF veda a prestação de assistência religiosa às entidades de internação coletiva, sejam elas civis ou militares.
- C** O acesso à informação é um direito assegurado a todos, sendo expressamente vedado o sigilo da fonte.
- D** É possível, nos termos da CF, que alguém seja privado de direitos por motivo de crença religiosa se, além de se eximir de obrigação legal a todos imposta, também se recusar a cumprir prestação alternativa.
- E** De acordo com a CF, o sigilo das comunicações telefônicas não pode ser quebrado em nenhuma hipótese.

Questão 31

Assinale a opção em que é apresentado o atributo do ato administrativo que possibilita à administração pública executar seus próprios atos independentemente de autorização judicial.

- A** tipicidade
- B** presunção de legitimidade e veracidade
- C** imperatividade
- D** autoexecutoriedade
- E** exigibilidade

Questão 32

A forma de extinção de um ato administrativo que se torna inconveniente ou inoportuno ao interesse público denomina-se

- A** caducidade.
- B** revogação.
- C** contraposição.
- D** anulação.
- E** cassação.

Questão 33

A encampação, forma de extinção da concessão mediante a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, ocorre em decorrência de

- A** serviço prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço.
- B** descumprimento de cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão.
- C** perda pela concessionária das condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido.
- D** interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, se for o caso.
- E** descumprimento pela concessionária das penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos.

Questão 34

Assinale a alternativa correta acerca das formas de efetivação da descentralização administrativa.

- A** A concessão de serviço público é uma forma de descentralização por outorga por prazo indeterminado.
- B** Em qualquer das formas de descentralização, existe hierarquia ou subordinação entre as entidades.
- C** A descentralização por delegação transfere a titularidade e o exercício de determinada competência.
- D** Na descentralização por delegação a Administração Pública transfere a titularidade dos serviços.
- E** A descentralização por outorga ocorre quando há a criação de entidade da Administração Indireta, com transferência de titularidade da execução de determinado serviço público.

Questão 35

Os serviços públicos considerados como de utilidade pública são aqueles que

- A** a Administração executa para atender suas necessidades internas.
- B** a Administração presta para atender à coletividade no seu todo.
- C** não afetam substancialmente as necessidades da comunidade, mas satisfazem interesses comuns de seus membros.
- D** a Administração presta diretamente à comunidade, dada sua essencialidade e necessidade para a sobrevivência do grupo social e do próprio Estado.
- E** se relacionam intimamente com as atribuições do Poder Público.

Questão 36

No tocante à criação e atuação dos órgãos da administração indireta, assinale a opção correta.

- A** Autarquia é uma pessoa jurídica de direito público, autorizada por lei, destinada à atuação em atividades sociais.
- B** Fundação pública é uma pessoa jurídica de direito público, criada por lei, destinada à atuação em atividades sociais.
- C** Sociedade de economia mista é uma pessoa jurídica de direito público, autorizada por lei, destinada à atuação em atividades econômicas.
- D** Fundação privada é uma pessoa jurídica de direito privado, criada por lei, destinada à atuação em atividades econômicas.
- E** Empresa pública é uma pessoa jurídica de direito público, criada por lei, destina-se à atuação em atividades econômicas.

Questão 37

O tratamento diferenciado e preferencial atribuído às micro e pequenas empresas nas licitações públicas é uma exceção ao princípio licitatório denominado

- A** princípio da economicidade.
- B** princípio da legalidade.
- C** princípio da isonomia.
- D** princípio da moralidade.
- E** princípio da impessoalidade.

Questão 38

Em relação à Coordenação do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Ceará, disciplinada pela Resolução do Órgão Especial n.º 01/2022, assinale a opção correta.

- A** Os membros dessa coordenação serão indicados diretamente pelo Órgão Especial.
- B** Os membros dessa coordenação terão mandato de dois anos, vedada a recondução.
- C** Em caso de impedimento, vacância, ausência, licença ou férias do coordenador titular, o membro mais idoso assumirá a referida coordenação na condição de suplente.
- D** A referida coordenação será presidida por um desembargador indicado pela Presidência do TJ/CE e aprovado pelo Órgão Especial.
- E** O mandato dos membros da referida coordenação será alternado em relação ao período de gestão dos órgãos diretivos do TJ/CE.

Questão 39

Com base na Lei n.º 16.397/2017 — Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará, assinale a opção correta acerca das comarcas e de sua implantação e instalação.

- A** Quando da instalação de nova comarca, todos os feitos em tramitação nos quais pelo menos uma das partes tenha domicílio na jurisdição da unidade a ser implantada, desde que ainda não julgados, serão encaminhados para a nova sede do juízo.
- B** As comarcas classificam-se em duas entrâncias, denominadas primeira entrância e segunda entrância.
- C** São requisitos para a implantação de comarca uma população de, no mínimo, dez mil habitantes e eleitorado não inferior a 70% dessa população.
- D** É requisito para a implantação de uma comarca o registro de média anual de casos judiciais novos, considerado o triênio anterior ao da implantação, igual ou superior a 30% daquela registrada, por juiz, no âmbito do Poder Judiciário do estado do Ceará.
- E** A comarca de Fortaleza é agrupada em zonas judiciárias dotadas de juízes auxiliares com jurisdição no respectivo território, cuja atuação dependerá de prévia designação da Presidência do TJ/CE.

Questão 40

A Resolução do Órgão Especial n.º 02/2022, que dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa e judiciária do TJ/CE,

- A** criou o Laboratório de Inovação, vinculado à estrutura funcional da Presidência do TJ/CE.
- B** transformou o Núcleo de Governança em Assessoria de Projetos Internos na estrutura funcional da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará.
- C** criou a unidade de Serviço do PJE na estrutura funcional da Secretaria de Tecnologia da Informação.
- D** extinguiu um cargo de auxiliar operacional na estrutura de pessoal da Secretaria Judiciária de Crato, Juazeiro e Barbalha.
- E** extinguiu a Diretoria de Apoio às Atividades Judiciárias Estaduais da estrutura funcional da Superintendência da Área Judiciária.

Questão 41

Considera-se coatora para fins de impetração de mandado de segurança a autoridade

- A** da qual tenha emanado a ordem para a prática do ato impugnado.
- B** superior à que tenha dado a ordem para a prática do ato questionado.
- C** que tenha baixado normas para a execução do ato questionado.
- D** máxima do órgão contra o qual tenha sido movida a ação.
- E** que tenha motivado o ato impugnado.

Questão 42

De acordo com o Código de Processo Civil (CPC), tem legitimização para propor reclamação constitucional

- A** o Ministério Público.
- B** o juiz.
- C** o relator.
- D** o corregedor do tribunal.
- E** o presidente do tribunal.

Questão 43

Para que órgão jurisdicional brasileiro determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato relativo a pedido de cooperação judiciária formulado por órgão jurisdicional de competência territorial diversa, será expedida carta

- A** arbitral.
- B** precatória.
- C** de citação.
- D** rogatória.
- E** de ordem.

Questão 44

De acordo com o CPC, considera-se proposta a ação quando

- A** esta for devidamente distribuída.
- B** o juiz despachar a inicial.
- C** for apresentada a resposta à contestação.
- D** a petição inicial for protocolada.
- E** for efetuado o pagamento das custas.

Questão 45

Se o devedor puder cumprir a obrigação de mais de um modo, dada a sua natureza, caberá ao autor formular pedido

- A** facultativo.
- B** subsidiário.
- C** alternativo.
- D** sucessivo.
- E** cumulativo.

Questão 46

A vedação de empregar expressões ofensivas nos escritos apresentados no processo civil aplica-se

- A** apenas às partes, aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público e aos juízes.
- B** apenas às partes.
- C** apenas às partes e aos membros da Defensoria Pública.
- D** apenas às partes e aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público.
- E** apenas às partes e seus procuradores, aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público, aos juízes e a qualquer pessoa que participe do processo.

Questão 47

No que se refere à assistência litisconsorcial, na ação em que o fiador for réu, este poderá requerer o ingresso do afiançado por meio

- A** de nomeação à autoria.
- B** do chamamento ao processo.
- C** do *amicus curiae*.
- D** da assistência simples.
- E** da denúncia da lide.

Questão 48

As partes deverão se submeter ao que for decidido pelo juiz, tendo em vista o princípio

- A** da territorialidade.
- B** do juiz natural.
- C** da indelegabilidade.
- D** da investidura.
- E** da inevitabilidade.

Questão 49

O impedimento para que o juiz, no curso do processo, reexamine questões já decididas é reflexo da

- A** coisa julgada.
- B** decadência.
- C** preempção.
- D** prescrição.
- E** preclusão.

Questão 50

De acordo com o CPC, no que se refere às normas fundamentais do processo civil, ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz deverá observar a

- I proporcionalidade;
- II razoabilidade;
- III legalidade;
- IV publicidade;
- V eficiência.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e V estão certos.
- B Apenas os itens I, II e V estão certos.
- C Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens I, II, III, e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 51

Acerca do inquérito policial, assinale a opção correta.

- A Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito não é cabível recurso.
- B Nos crimes em que a ação pública depender de representação, o inquérito não poderá sem ela ser iniciado.
- C Nos crimes de ação privada, a lei permite que autoridade policial instaure inquérito policial ainda que não haja o requerimento ofendido.
- D Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, não acompanharão os autos do inquérito.
- E As diligências requeridas pelo ofendido no curso do inquérito policial deverão ser realizadas pela autoridade policial.

Questão 52

Assinale a opção correta acerca da competência no direito processual penal.

- A É obrigatória a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes.
- B Quando o lugar da infração não for conhecido, aplica-se a regra do domicílio ou da residência do acusado.
- C Nos casos de exclusiva ação penal privada, o querelante pode optar pelo foro do domicílio ou da residência do querelado, salvo se conhecido o local da infração.
- D O concurso entre crime comum e militar não constitui causa de separação obrigatória de processos.
- E A distribuição realizada para o efeito de concessão de fiança não prevenirá a da ação penal.

Questão 53

No que diz respeito às nulidades processuais, assinale a opção correta.

- A A falta do recurso de ofício é causa de nulidade, nos casos em que a lei o tenha estabelecido.
- B A incompetência do juízo anula os despachos, mas não os atos decisórios.
- C A nulidade da citação estará sanada se o acusado comparecer em juízo, antes de o ato consumir-se, salvo no caso de declarar que o faz com o único fim de argui-la.
- D Os atos cuja nulidade tiver sido sanada serão renovados ou retificados.
- E A nulidade ocorrida posteriormente à pronúncia deve ser arguida antes de anunciado o julgamento e de serem apregoadas as partes.

Questão 54

De acordo com o Código de Processo Penal (CPP), admite-se a decretação da prisão preventiva

- A nos casos de contravenção penal praticada no âmbito da violência doméstica.
- B nos casos de crimes culposos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos.
- C como decorrência imediata de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia.
- D quando há dúvida acerca da identidade civil da pessoa.
- E se o juiz, ao analisar as provas, verificar que o agente praticou o fato amparado por uma excludente de ilicitude.

Questão 55

Assinale a opção correta em relação aos recursos em geral no âmbito do direito processual penal.

- A No caso de concurso de pessoas, a decisão do recurso interposto por um dos réus, ainda que fundado em motivos de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.
- B É cabível a interposição de recurso em sentido estrito da decisão que concluir pela competência do juízo.
- C Contra a decisão de primeiro grau que denegar a apelação caberá recurso em sentido estrito.
- D Quando cabível a apelação, poderá ser usado o recurso em sentido estrito, desde que se recorra somente de parte da decisão.
- E O recurso cabível da decisão que resolve questão incidental acerca da restituição de coisa apreendida é o recurso em sentido estrito.

Questão 56

Em relação à cadeia de custódia, assinale a opção correta.

- A É do órgão estatal, e não do agente público, a responsabilidade pela preservação de elemento de potencial interesse para a produção da prova pericial, ainda que o próprio agente o tenha reconhecido como tal.
- B Descarte é o procedimento referente à liberação do vestígio e depende, em qualquer caso, de autorização judicial específica.
- C A coleta dos vestígios deverá ser realizada obrigatoriamente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, ainda que necessária a realização de exames complementares.
- D É permitida a entrada em locais isolados, bem como a remoção de vestígios de locais de crime, antes de sua liberação pelo perito responsável.
- E Todas as pessoas que tiverem acesso ao vestígio armazenado deverão ser identificadas, e também deverão ser registradas a data e a hora do acesso.

Questão 57

Acerca do processo comum no CPP, no que se refere aos processos da competência do tribunal do júri, o pedido de desaforamento do julgamento de crime doloso contra a vida se justifica caso

- A não haja juiz titular na comarca.
- B a segurança pessoal da vítima esteja comprometida.
- C haja suspeição do juiz-presidente do tribunal do júri.
- D haja interesse de ordem econômica.
- E o interesse da ordem pública o reclamar.

Questão 58

Assinale a opção correta no que diz respeito à interceptação telefônica.

- A** Não se admite interceptação telefônica de ofício pelo juiz.
- B** No pedido de interceptação telefônica, a situação objeto da investigação deve ser descrita com clareza, inclusive com a indicação e qualificação dos investigados, salvo impossibilidade manifesta, devidamente justificada.
- C** A gravação que não interessar à prova poderá ser inutilizada por decisão da autoridade policial que presidir o inquérito.
- D** Não há qualquer possibilidade de o pedido de interceptação telefônica ser feito verbalmente.
- E** O pedido de interceptação de comunicação telefônica deve conter a demonstração de que a sua realização seja necessária à apuração de infração penal, dispensando-se a indicação dos meios a serem empregados.

Questão 59

Em relação às provas, acerca da prova testemunhal, assinale a opção correta.

- A** As pessoas que estejam impossibilitadas, por enfermidade ou por velhice, de comparecer para depor serão inquiridas onde estiverem.
- B** Na redação do depoimento, o juiz não é obrigado a cingir-se exatamente às expressões usadas pelas testemunhas, sendo desnecessária a reprodução fiel das suas frases.
- C** O depoimento deverá ser prestado oralmente, vedando-se à testemunha qualquer tipo de consulta a apontamentos.
- D** O juiz não poderá, em qualquer hipótese, ouvir outras testemunhas além daquelas já indicadas pelas partes.
- E** Se ocorrer dúvida acerca da identidade da testemunha, o juiz deverá suspender a oitiva e intimar outra testemunha.

Questão 60

Acerca das questões e processos incidentes, no que se refere a restituição de coisas apreendidas, assinale a opção correta.

- A** É facultativa a oitiva do Ministério Público nos pedidos de restituição de coisa apreendida.
- B** Na hipótese de decretação de perdimento de obras de arte ou de outros bens de relevante valor cultural ou artístico, se a vítima do crime não for determinada, poderá haver destinação dos bens a museus públicos.
- C** As coisas apreendidas, ainda que interessem ao processo, podem ser restituídas antes mesmo do trânsito em julgado da sentença final.
- D** Em caso de dúvida sobre quem seja o verdadeiro dono da coisa apreendida, o juiz deverá encaminhar as partes à autoridade policial competente.
- E** Coisas facilmente deterioráveis serão avaliadas e levadas ao depósito público.

Espaço livre